

Síntese da exposição na Oficina para formadores do Plebiscito pela anulação do leilão da Vale no Sindicato dos Jornalistas do DF

Conjuntura

A partir da década de 1990, presenciamos uma nova etapa histórica do capitalismo brasileiro, caracterizado pelo aumento da integração entre a burguesia local e a internacional (imperialismo) através das aberturas comerciais e financeiras. A atual força da burguesia local vem desta ligação.

A nova etapa do capitalismo brasileiro apresenta duas fases. A primeira coincide com a década de 1990, quando o imperialismo não só aumenta sua presença na estrutura produtiva do país (comprando e abrindo empresas ou participando do processo de privatização) mas voltando a financiar a burguesia local por empréstimos e compra de ações brasileiras. Já a burguesia local inicia os processos de controle da dívida pública, apropriação do patrimônio público (52% daquilo que foi privatizado no Brasil na década de 1990 cai em mão da burguesia local e 48% nas da burguesia internacional), e controle dos serviços (planos de saúde, escolas privadas, segurança particular, previdência privada).

A segunda fase começa na década de 2000, quando o imperialismo adiciona às tendências da primeira fase o aumento do controle de terras no Brasil, por conta da bioenergia. A burguesia local inicia um intenso processo de venda de ações para o capital internacional, eleva as exportações a partir de 2001 (reforçando nossa tendência histórica de exportar bens primários intensivos em recursos naturais) e inicia um processo de internacionalização de suas empresas (cujos marcos são a Petrobrás, Vale do Rio Doce e Gerdau).

Como esse quadro se desdobra no campo da economia?

Para a burguesia, os últimos 17 anos foram um “mar de rosas”, com taxas de lucro crescente e com nenhuma contradição interna relevante. Atualmente, a questão da valorização cambial parece colocar os interesses daqueles que ganham com juros e os que ganham com exportações em conflito, mas já foi amenizado pela intervenção do governo com promessas de dinheiro barato do BNDES para quem for prejudicado pelo câmbio. Para os trabalhadores, sobrou um aumento estrutural do desemprego (com concentração sobre os jovens) e a intensificação da precarização das relações de trabalho.

E no campo da política, o que a segunda fase do novo período histórico do capitalismo brasileiro reservou?

Para a burguesia, uma imensa hegemonia política, podendo valer-se de diferentes representantes para seus interesses, tanto que a coligação entre PSDB e PFL foi substituída pela coligação PT e PMDB, além de usar a mídia corporativa como centro de organização de suas pautas políticas.

Para os trabalhadores, o campo da política reservou uma imensa fragmentação, reforçada com a eleição do governo Lula. Entretanto, uma importante iniciativa de busca de unidade surgiu na reunião da Assembléia Popular de outubro de 2006, quando se apontou para uma série de atos conjuntos (8 de março, primeiro de maio e 23 de maio), no qual o Plebiscito pela anulação do leilão da Vale se insere.

O sentido do Plebiscito Popular

O Plebiscito Popular pela anulação do leilão da Vale foi pensado e organizado em torno de quatro perguntas, permitindo não só a costura política entre as mais diversas forças políticas de esquerda, mas principalmente a possibilidade de levarmos o questionamento dos eixos centrais sob os quais a burguesia local e o imperialismo se organizaram a partir de 1990. Tanto é assim que a pergunta sobre a Vale abre brecha pra questionar a transferência do patrimônio público para o setor privado no processo de privatização; a pergunta da energia remete à entrada do capital internacional no Brasil; e as perguntas da dívida e da previdência apontam para o desvio dos recursos públicos destinados aos trabalhadores como a grande fonte de lucro da burguesia local.

Por isso é de extrema importância que trabalhem as quatro perguntas dando-lhes a mesma importância. Visões como ser impossível debater a Vale com a população, pois em nada se relacionaria com o dia a dia das pessoas, não vê nesse tema a oportunidade de debater as privatizações (abrindo uma brecha imediata para a pergunta da energia) como um dos pilares da nova fase do capitalismo brasileiro.

Mas por que a forma de Plebiscito nessa campanha? Porque já temos a experiência de ter organizado outros dois plebiscitos (Dívida Externa em 2000 e ALCA em 2002) e esta forma tem se mostrado como uma excelente desculpa para conversarmos e debatermos com a população.

No Distrito Federal, a organização do Plebiscito pela articulação do Grito dos Excluídos e da Assembléia Popular vem seguindo um calendário organizativo que se estende até o mês de outubro: em junho, fechamos contatos com lideranças locais nas cidades satélites; em julho, iniciamos o processo de formação políticas nas satélites; em agosto estamos intensificando a mobilização e formação nas satélites, apontando para as Assembléias Populares locais continuidade das mobilizações do Grito dos

Excluídos; em setembro – de 1 a 7 – ocorrerão pré-gritos nas satélites e no dia 07/09 ato na Esplanada, sendo que as reuniões de avaliação dos pré-gritos nas localidades serão feitas com caráter de Assembléias Populares locais; finalmente em outubro, participaremos da 2ª Assembléia Popular Nacional, de 22 a 25, no Ginásio Nilson Nelson.

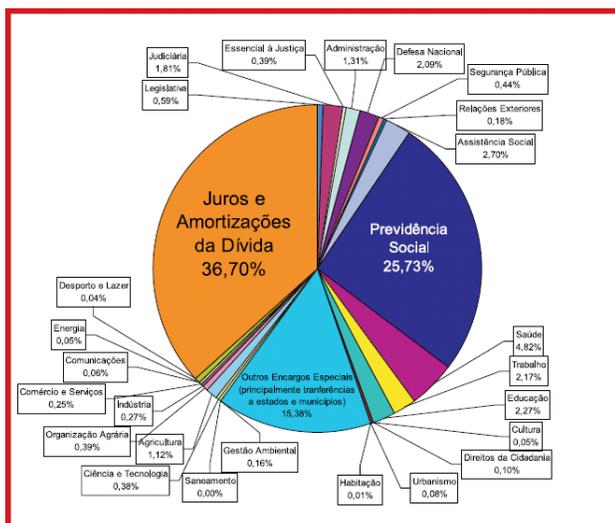
Pergunta 2 - O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?

A pergunta da dívida é a mais fácil das quatro questões do Plebiscito de ser trabalhada, pois não se encontra facilmente alguém a favor da dívida que não seja banqueiro ou do governo.

O eixo da argumentação que devemos trabalhar nesta questão é a de que existe uma disputa no uso do dinheiro do governo e que os recursos que poderiam ser usados para programas sociais mais diversos (saúde, educação, saneamento, habitação, etc.) em favor do trabalhador estão sendo descaradamente desviados para o pagamento da dívida interna.

Qual é material em que devemos nos apoiar para essa afirmação e para o debate?

A cartilha *ABC da Dívida – Sabe quanto você está pagando?* é o melhor e mais didático material sobre o assunto (disponível no endereço http://www.divida-auditoriada.org.br/config/ABC_da_Divida.pdf/download)



O gráfico da página 38 da cartilha, que reproduzimos acima é central para o debate. Ele compara a proporção de recursos que o Governo Federal destinou em 2006 para as diferentes áreas e mostra que 36,7% de tudo que foi gasto naquele ano foi relacionado com o pagamento de dívida pública. É interessante ler nas oficinas as cifras de algumas outras áreas para fazermos comparação.

Seria interessante também trabalharmos o volume de recursos destinado ao pagamento de juros no próprio ano de 2007. Na tabela abaixo estão os dados, divulgados pelo próprio Banco Central do Brasil, do quanto estamos pagando de juros. Na primeira coluna o pagamento de cada mês e na segundo o acumulado no ano. É importante fazer a comparação de que de janeiro a junho, pagamos R\$ 77,4 bilhões, enquanto a estimativa correta do preço da Vale do Rio Doce em 1997 era em torno de R\$ 99,2 bilhões.

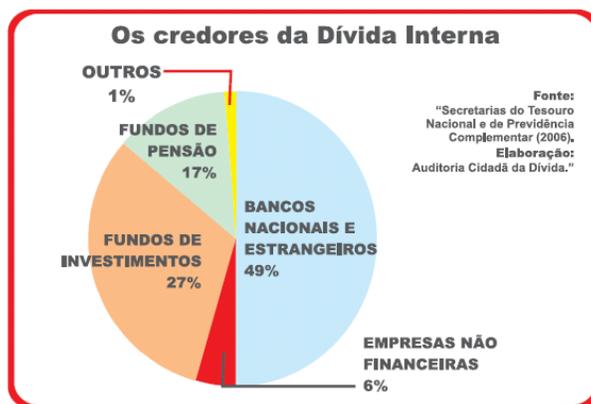
Pagamento de juros da dívida pública

Mês	Valor (R\$ bi)	Acumulado (R\$ bi)
Janeiro/07	13,8	13,8
Fevereiro/07	10,9	24,8
Março/07	13,4	38,2
Abril/07	12,1	50,4
Mai/07	16,1	66,4
Junho/07	10,9	77,4

Fonte: Banco Central do Brasil

Sob uma perspectiva estratégica, devemos ter claro quem estamos atacando quando defendemos os trabalhadores contra o pagamento da dívida pública: os banqueiros brasileiros e internacionais que detêm ou controlam a dívida pública. São esses que recebem o dinheiro que deveria se destinar às políticas públicas.

O gráfico da página 20 da cartilha (reproduzido abaixo) mostra quem recebe o dinheiro dos juros. Os bancos controlam 49% da dívida pública, sendo que são eles que administram os Fundos de Investimento (27%) e muitos dos Fundos de Pensão (17%).



4- Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?

A sugestão prática é de que essa pergunta, mesmo aparecendo como última na cédula de votação, seja trabalhada junto à pergunta da dívida, pois são temas extremamente interligados.

O sentido da reforma da previdência, que devemos ter muito claro ao debatermos o tema, é a intenção daqueles que já controlam a dívida pública de se apoderar da parte do orçamento público que se destina a Previdência Social (25,73%, ver o primeiro gráfico da parte da dívida).

Nossa sugestão é de abordar o tema da previdência na seguinte ordem: as propostas que estão sendo elaboradas; os argumentos usados pelo governo e, por fim, analisar os contra argumentos.

Mas quais são as propostas de reforma da previdência? O Fórum Nacional da Previdência Social vem discutindo e elaborando tais propostas. O que se desenha nessas discussões são:

- Igualação da idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres em 65 anos (hoje é de 65 para homem e 60 para mulheres);
- Igualação e aumento do tempo de contribuição mínima para homens e mulheres em 40 anos (hoje é de 35 para homens e 30 para mulheres);
- Acabar com regime especial de aposentadoria de professores (hoje contribuição é de 35 anos para homem e 30 para mulher) e trabalhadores rurais (hoje idade é de 60 para homem e 55 para mulher, e a contribuição é de 35 para homem e 30 para mulheres);
- Diminuir o valor das pensões para algo entre 50% e 70% do benefício original;
- Desvinculação das aposentadorias e pensões do Salário Mínimo;

E quais são os argumentos usados pelo governo e pelos meios de comunicação para defender a necessidade e a urgência dessas propostas de reforma da previdência?

O primeiro e grande argumento é o de que a Previdência Social estaria com um déficit (gastos acima da arrecadação) insustentável, que em 2006 passaria de R\$ 40 bilhões.

Esse argumento, usado principalmente pelo governo, é uma enorme mentira. Isso porque:

- Não destinam todos os impostos que deveriam para a previdência a fim de pagar os juros da dívida (COFINS, CPMF e CSLL).
- Retiram daquilo que vai pra previdência 20%, através da Desvinculação das receitas da União (DRU).
- Não cobram dívida ativa da previdência (estimada em R\$ 150 bilhões), pois quem deve são as grandes empresas.

A professora do Instituto de economia da UFRJ, Denise Gentil mostra que o cálculo correto da previdência levaria do suposto déficit de R\$ 40 bilhões para um superávit (receitas maior que as despesas) de R\$ 8,2 bilhões! (<http://www.jornal.ufrj.br/jornais/jornal12/jornalUFRJ1206-1207.pdf>)

Um segundo argumento muito usado é o de que haveria muita gente ganhando grandes aposentadorias no INSS. OS dados da tabela abaixo desmentem esse argumento. 81% dos atendidos pelo INSS ganham até 2 salários mínimos. Se pegarmos as pessoas que ganham mais de 6 salários mínimos do INSS, veremos que elas representam menos de 0,5% dos gastos totais. Com isso, fica muito claro que o ajuste pretendido incidirá onde se concentram os gastos, ou seja, nos mais pobres.

Benefícios do INSS (RGPS) em Junho de 2007

Benefícios em Salários Mínimos S.M	Tipo de Benefícios (mil pessoas)					Despesa com os benefícios (R\$)		
	assistenciais	rurais	urbanos	Total	% do Total	Quanto recebem?	% do Total	acumulado
menos de 1	3,4	39,2	526,6	569,2	2,3%	129.777.600	0,9%	0,9%
1	2.978,2	7.275,0	6.051,2	16.304,4	65,7%	6.195.672.000	42,5%	43,4%
1 a 2	15,9	48,4	3.202,8	3.267,1	13,2%	1.862.247.000	12,8%	56,2%
2 a 3	0,0	10,4	1.787,2	1.797,6	7,2%	1.707.720.000	11,7%	67,9%
3 a 4	-	3,3	1.369,8	1.373,1	5,5%	1.826.223.000	12,5%	80,4%
4 a 5	-	1,4	884,1	885,5	3,6%	1.514.205.000	10,4%	90,8%
5 a 6	-	0,6	541,7	542,3	2,2%	1.133.407.000	7,8%	98,6%
6 a 7	-	0,0	65,3	65,3	0,3%	136.477.000	0,9%	99,5%
7 a 8	-	0,0	10,3	10,3	0,0%	29.355.000	0,2%	99,7%
mais de 8	-	0,0	10,7	10,7	0,0%	40.660.000	0,3%	100,0%
Total	2.997,5	7.378,3	14.449,7	24.825,5		14.575.743.600		

Fonte: Ministério da Previdência Social

É importante frisar a quem interessa aumentar a idade de contribuição e de aposentadoria, diminuindo os benefícios pela desvinculação do salário mínimo: a indústria dos fundos de pensão privados. As propostas de reforma forçam o trabalhador, que se aposentará mais tarde e com muito menos dinheiro, a tentar colocar parte de seu salário todo mês em um fundo de pensão para tentar garantir a aposentadoria minimamente digna que o Estado deixaria de oferecer.

Para termos uma idéia da industria dos fundos de pensão, em dezembro de 2006, o Brasil tinha um total de 369 fundos de pensão, ligados a 6,6 milhões de pessoas (pessoas pagando + beneficiários), que controlavam R\$ 377,3 bilhões (equivalente 17% do PIB de 2006) distribuídos da seguinte forma: 13,2% em títulos da dívida federal; 47% aplicados em instituições financeiras (que também compram títulos federais); 11% aplicados em fundos de investimento, que também se apóiam em títulos federais.

Endereços eletrônicos de referência para saber mais

Pergunta 1 – Vale do Rio Doce

- Comitê nacional pela anulação do leilão de privatização da Vale - <http://www.avaleenossa.org.br>
- Jornal Brasil de Fato - <http://www.brasildefato.com.br>

Pergunta 2 - Dívidas

- Auditoria Cidadão da Dívida - <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>
- Rede Jubileu Sul - <http://www.jubileubrasil.org.br/>

Pergunta 3 – Energia Elétrica

- Movimento dos Atingidos por Barragem - <http://www.mabnacional.org.br/>
- Jornal Brasil de Fato - <http://www.brasildefato.com.br>

Pergunta 4 - Previdência

- Correio da Cidadania - Especial sobre a Previdência: uma longa história de fabricação de mitos rumo à privatização <http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/45/107/>
- Gentil, Denise Lobato. Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005 (disponível no endereço eletrônico http://www.direitosociais.org.br/_arquivos/2007/120__a_falsa_crise_do_sistema_de_seguridade_-_denise_gentil.pdf)

Organização do Plebiscito

- Rede Jubileu Sul - <http://www.jubileubrasil.org.br/>
- Grito dos Excluídos - <http://www.assembleiapopular.com.br/>
- Comitê nacional pela anulação do leilão de privatização da Vale - <http://www.avaleenossa.org.br>

Agosto de 2007 - Fábio Marvulle Bueno
fmbuenobr@yahoo.com.br